

VERBETES DE DICIONÁRIOS COMO TRAMAS EM NARRATIVAS HISTÓRICAS: REFLEXÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DE OBRAS DE REFERÊNCIA

Mary Jane Spink

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

Resenha de Jacó-Vilela, A. M. (Org.). (2011). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Distrito Federal: CFP.

O Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil tem sua origem no Grupo de Trabalho (GT) de História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, a ANPEPP, em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, CFP, no âmbito de seu projeto institucional intitulado “Memória da Psicologia Brasileira”.

Trata-se de projeto ambicioso, que resultou na sistematização de informações sobre 264 instituições, sob a coordenação da Prof^a. Ana Maria Jacó-Vilela e com participação dos membros do GT de História da Psicologia. Com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, por meio dos Editais PROCAD de 2005 e 2007, foi possível ampliar a equipe com inclusão de pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Federal de Minas Gerais. Para viabilizar tal tarefa, além de coordenações locais e de colaboradores diretamente vinculados ao projeto, foram acionadas outras pessoas que se responsabilizaram pelos verbetes sobre as 264 instituições referidas, totalizando 186 autoras e 75 autores.

Constam do *Dicionário* uma Apresentação e uma Introdução. A Apresentação, assinada pelo presidente do CFP, nos fornece informações a respeito da vinculação do *Dicionário* aos demais produtos resultantes do projeto “Memórias da Psicologia Brasileira”. Na Introdução, assinada pela coordenadora geral do projeto, constam explicações detalhadas referentes à confecção do dicionário: as formas de organização da equipe, os critérios de escolha das instituições, a estruturação do *Dicionário* e os planos de sua futura transformação em formato virtual a ser disponibilizado na BVS-Psi.

Diante dessas informações, apresenta-se a questão: o que sobra para esta resenhista? Não bastariam duas ou três sentenças elogiosas e o direcionamento de leitores potenciais à Introdução da obra? Ou simplesmente dar aval ao texto da quarta capa, de autoria de William Gomes?

Perante esse impasse, optei por elaborar uma resenha que fornecesse o ponto de vista do leitor. Contudo, os leitores têm múltiplas faces. Podem ser, como é meu caso, leitores-pesquisadores que têm apreço por méto-

dos. Nessa posição, formulei algumas perguntas que, em parte, encontram respostas nesses textos introdutórios: Por que investir tempo e dinheiro em um dicionário? Que critérios usar para inclusão de instituições e como localizá-las? Como organizar tarefa tão complexa? Como criar um conjunto harmonioso, se considerarmos a diversidade de autores e de visões de história?

Mas podem ser, também, leitores curiosos, acostumados a navegar na internet e, portanto, atentos às portas de entrada fornecidas por palavras-chave e índices. Nesse caso, as perguntas se voltam à tarefa de busca: Por que consultar um dicionário? Como consultá-lo? E, finalmente, e talvez a mais importante, que contribuições a leitura de um verbete nos traz?

Aproximações ao método

Nesse conjunto de questões, tomei por base as informações fornecidas na introdução à obra pela Coordenadora do projeto.

Por que fazer um dicionário

A justificativa que consta na Introdução agrupa dois aspectos: a reunião de uma gama considerável de informações que podem resultar (se bem-sucedida) em uma obra de referência, e a possibilidade de difusão democrática do conhecimento. Curiosamente, não se explicita a opção pelo uso do termo composto “dicionário histórico”. Na definição fornecida, dicionário “é uma fonte organizada de consulta sobre diferentes temas (em nosso caso, instituições), os quais foram pesquisados com o uso de diferentes fontes” (p.16). Fica a dúvida se nessa acepção não caberia mais o termo “enciclopédia”, tendo em vista que essa é definida, no dicionário Houaiss, como “obra que reúne todos os conhecimentos humanos ou apenas um domínio deles e os expõe de maneira ordenada, metódica, seguindo um critério de apresentação alfabético ou temático”. Dicionário, por sua vez, é mais usualmente associado a uma “compilação completa ou parcial das unidades léxicas de uma língua (palavras, locuções, afixos etc.) ou de certas categorias específicas suas, organizadas numa ordem convencional, ger. Alfabética”, embora possa também ser utilizado para referir-se à compilação “de informações ou referências sobre qualquer tema ou ramo do conhecimento”.

Apesar da possibilidade de gerar confusão quanto ao sentido em que é usado, há vários exemplos de emprego do termo composto “dicionário histórico”, como a obra de referência, já clássica, elaborada e organizada pela Fundação Getúlio Vargas intitulada *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Em suma, a despeito das dúvidas suscitadas pelo termo, a proposta é clara: reunir de forma sistematizada e passível de consulta informações sobre as instituições de Psicologia no Brasil.

Essa tarefa hercúlea, além dos desafios relacionados às fontes e à harmonização de visões caleidoscópicas de como fazer história, não é isenta de perigos, os quais não passaram despercebidos à Coordenadora do projeto. Se dicionários (e enciclopédias) têm o lado positivo de disponibilizar um número considerável de informações, são igualmente estratégias para cristalizar verdades, tornando-se fontes de autoridade. Assim, se deixa a cargo dos leitores o ônus da leitura crítica, tomando cada verbete como uma versão singular de informações, elaborada por um pesquisador que por ele ficou responsável.

Que critérios usar para inclusão de instituições

Somos informados, com muita precisão, a respeito dos critérios de seleção de instituições, tarefa que deve ter suscitado ricas discussões nas reuniões preparatórias: afinal, o que se concebe como instituição de Psicologia? Certamente foram considerados a formação de pessoal, a criação de publicações para divulgar conhecimentos e campos de atuação nos quais os saberes *psi* são utilizados. Além disso, para sua inclusão se consideraram tanto o foco específico na Psicologia como instituições ditas subordinadas, ou seja, em que a presença de saberes *psi* era pequena. Porém, não há que esquecer que se trata de projeto em andamento, com a possibilidade de inclusão, em sua versão virtual, de complementações e inserção de verbetes. Um projeto dessa natureza é como uma caça ao tesouro: versátil, incompleto e em permanente reconfiguração. Nessa caça há sempre a possibilidade de novas descobertas, a exemplo daquele manuscrito perdido no tempo, o qual faz a alegria de qualquer pesquisador de histórias.

Como organizar a tarefa: os consultores

Tratando-se de projeto em âmbito nacional e considerando o número de instituições a serem pesquisadas, além dos membros do GT de História da Psicologia, outros pesquisadores foram envolvidos de modo a dar adequada cobertura a temas ou regiões geográficas. No final, os 264 verbetes foram compilados por 186 autoras e 75 autores, dados que, na interpretação fornecida na Introdução, aponta para a feminização do campo *psi*.

Essa diversidade de autores que nem sempre tinham experiência em pesquisa historiográfica foi contornada por duas estratégias. A primeira se voltou às instruções dadas aos responsáveis pelos verbetes para que utilizassem redação em linguagem direta e sem adjetivações. A segunda foi o cuidado na revisão: todos os verbetes passaram por pareceres de Coordenadores regionais e da Coordenadora geral do projeto e, em 2008 e 2009, foram realizadas duas reuniões para revisão conjunta de todos os verbetes.

Quanto aos leitores

Uma publicação, em qualquer gênero literário, é sempre endereçada a um público. Portanto, uma resenha tem que necessariamente levar em consideração os leitores potenciais. Vale, então, a pergunta: por que consultar um dicionário?

Peter Burke, no livro *Uma história social do conhecimento* (2003), incluiu um capítulo intitulado “A aquisição do conhecimento”, no qual introduz uma interessante distinção entre “leitura extensiva” e “leitura intensiva”. Antes da era das enciclopédias, dicionários e outros acervos de informação, digamos, antes do século XVII, o que se impunha como prática aceitável era a leitura intensiva. Conta Burke que Francis Bacon, em seu ensaio “Dos estudos”, fazia uma comparação entre ler e comer, afirmando que alguns livros eram para se provar, outros para se engolir e uns poucos para se mastigar e se digerir. A leitura intensiva, especialmente das obras clássicas, era exigida de estudantes. Mas a proliferação das obras de referência passou a incentivar seu oposto: a leitura extensiva. Segundo Burke (2003, p. 164), uma obra de referência pode ser definida como um livro que não se destina a ser lido “de fio a pavio”, mas ser “consultado” por alguém que “passa os olhos” ou “se refere” a ele em busca de uma peça específica de informação, um atalho para o conhecimento.

Imagino, assim, que os e as leitoras potenciais desse *Dicionário* o fazem em busca desses preciosos fragmentos de informação que, muitas vezes, constituem portas de entrada para estudos mais aprofundados de instituições ou da consolidação da profissão de psicólogo. William Gomes sabiamente adverte que o dicionário em apreço contribui para a compreensão da história da disciplina, seja na perspectiva da demanda de conhecimentos para determinados atendimentos, seja para a inovação no que diz respeito à formação de profissionais e pesquisadores.

Como ordenar: ordem alfabética versus temas

Sendo essa a função, a questão do acesso é fundamental. Não me refiro aqui ao acesso ao livro como

materialidade, uma vez que a proposta é de disponibilizá-lo em sua totalidade por meios eletrônicos. Penso, mais precisamente, nas maneiras como leitores podem acessar as informações que buscam. É interessante notar, portanto, que a opção de ordenamento foi pelo uso da ordem alfabética, o que pode parecer absolutamente natural e correto. Mas tal opção, em tempos outros, foi motivo de muita controvérsia. As primeiras formas de ordenação, hegemônicas nos primórdios da tarefa de classificação dos conhecimentos, foram temáticas, baseadas nas muitas versões de árvores do conhecimento. Mas a crescente complexidade de bibliotecas e obras de referência levou à introdução gradativa da ordem alfabética.

A ordem alfabética já era conhecida na Idade Média. O que era novo no século XVII era que esse método de ordenar o conhecimento deixava de ser o sistema de classificação subordinado para se tornar o sistema principal. Hoje, o sistema pode parecer óbvio, e mesmo “natural”, mas parece ter sido adotado, pelo menos originalmente, em decorrência de uma sensação de derrota por parte das forças da entropia intelectual, numa época em que o novo conhecimento invadia o sistema com velocidade excessiva para ser digerido e metodizado. (Burke, 2003, p. 103).

Como consultar: os índices

Porém, seguir meramente a ordem alfabética não é uma boa opção para os leitores. Felizmente, a tarefa de localizar informações sobre as instituições é duplamente facilitada. Há, logo de início, como forma de sumário, a lista das 264 instituições incluídas no dicionário, ordenadas alfabeticamente. Porém, instituições não são entidades fixas; são processuais, e nessas mutações mudam também de nome. Tomemos o caso da Faculdade de Psicologia da PUCSP. Para entendermos sua história, teríamos de iniciar com sua antecessora: a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” e avançar no tempo até chegar à sua sucessora, não incluída no *Dicionário* por ser mais recente, a Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, mudança decorrente da nova estrutura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Para enfrentar essas areias movediças de mudanças institucionais, o dicionário conta com um extenso índice remissivo de instituições. Se, porventura, nem assim conseguirmos navegar, contamos também com um índice onomástico, por meio do qual poderemos, quiçá, localizar pessoas que estão associadas a essas instituições.

Seria, talvez, útil para nos auxiliar nessas buscas ter um índice remissivo de temas, porém essa tarefa poderá ser assumida pelas ferramentas de busca da internet, quando o dicionário estiver disponível em formato eletrônico.

Que contribuições traz o Dicionário

Há certamente contribuições pontuais associadas à “leitura extensiva” mencionada anteriormente. O *Dicionário*, afinal, é uma obra de referência e, como tal, nos ajuda a entender o contexto institucional da cristalização de conhecimentos e da formalização da Psicologia como campo de saber. Mas há outras contribuições. Como pesquisadora, sei muito bem da dificuldade de seguir os fios de Ariadne quando, como é usual nas tradições críticas da disciplina, procuramos entender o contexto da emergência de certas práticas profissionais. São poucas as instituições que zelam por suas histórias por meio da organização de arquivos. Frequentemente, informações preciosas permanecem em arquivos pessoais. Assim, a árdua tarefa de sistematizar informações, de entrevistar pioneiros, criar arquivos e de fornecer pistas para outros estudiosos do tema é, por si só, valiosa.

Porém, obviamente, essa não é uma tarefa isenta de perigos. Se há critérios de inclusão, outras coisas (no caso instituições) ficam de fora. Critérios, afinal, são modos de construção de realidades ou de legitimação de versões de realidades. E cada autor de verbete, ao elaborar sua narrativa, entra igualmente nesse jogo de inclusão/exclusão: de datas, de personagens, de práticas. O perigo reside, portanto, em reificar essas compilações de informações. Desreificar é certamente responsabilidade nossa, leitores capazes de leitura crítica. E, nessa posição, podemos colaborar aceitando o desafio de tratar o *Dicionário* como um primeiro passo em uma empreitada de continuada complementação e revisão, sobretudo em sua versão eletrônica.

Referência

Burke, Peter. (2003). *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

Recebido em: 12/01/2012

Aceite em: 20/02/2012

Mary Jane Spink é Professora Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Endereço: Rua Ministro Godói, 969. 4º andar, Bloco A/Sala 4E-10. Perdizes. São Paulo/SP, Brasil. CEP 05015-901. Email: mjspink@pucsp.br

Como citar:

Spink, M. J. (2012). Verbetes de dicionários como tramas em narrativas históricas: reflexões sobre a contribuição potencial de obras de referência. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 484-486.